

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO**

Sede: Av. Alm. Barroso, 22 - 14ª andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-000
 Telefone: (21)2517-8178 - www.crn4.org.br - E-mail: crn4@crn4.org.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**PROCESSO Nº 040419.000001/2026-12****TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá a Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, o Decreto 10.024/2019.
DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/02/2026 às 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL
Portal Transparência CRN-4 - Menu "Licitações e Contratos – Licitações – Em Andamento".
Pesquisa Pregão - Comprasnet
E-mail para esclarecimentos: licitacao@crn4.org.br
Telefone: (21) 2517-8178 – Setor de Compras e Licitações

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 4ª REGIÃO (CRN-4), UASG 389220, por meio de seu Pregoeiro, torna público o presente Edital de licitação, o qual se realizará na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global, modo de disputa aberto/fechado, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação institucional especializados em design gráfico, editoria, audiovisual e marketing digital, a serem executados de forma integrada e em total cooperação com o Setor de Comunicação e Comissão de Comunicação do Conselho Regional de Nutrição 4ª Região (CRN-4), de forma a atender as normas legais que regem a matéria, no Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região – CRN4, nos termos especificados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, observando a Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, o Decreto 10.024/2019. Este Edital está disponível no link **Pesquisa Pregão - Comprasnet**, pelo nº **90001/2026** ou no Portal da Transparência do CRN-4, disponível no link **Portal Transparência CRN-4** - Menu "**Licitações e Contratos – Licitações – Em Andamento**".

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação institucional especializados em design gráfico, editoria, audiovisual e marketing digital, a serem executados de forma integrada e em total cooperação com o Setor de Comunicação e Comissão de Comunicação do Conselho Regional de Nutrição 4ª Região (CRN-4), conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir à licitação de que trata o Anexo I, correrão à conta da dotação orçamentária do CRN-4 para o exercício de 2026, sob a Rubrica nº 6.2.2.1.1.01.04.04.022 - Demais Serviços Profissionais.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e em seus anexos.

3.2. Empresas que estejam legalmente estabelecidas no País e devidamente credenciadas junto ao SICAF.

3.2.1. As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública.

3.3. A licitante deverá ter pleno conhecimento dos requisitos, termos e condições do Edital, em especial do Termo de Referência.

3.4. Não poderão concorrer neste Pregão:

3.4.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedido de contratar com o CRN-4, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.3. Empresas que se encontrem em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

3.4.4. Empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.5. Constituída sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.4.6. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;

3.4.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.4.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme artigo 14, inciso IV da Lei 14.133/2021;

3.4.9. Cujo objetivo social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.4.10. O autor do anteprojeto, projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.4.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.4.12. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente para o e-mail licitacao@crn4.org.br, até as 17:00 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

4.1.1. Solicitações encaminhadas após esse horário serão computadas no dia útil posterior.

4.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.4. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei 14.133/21, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

4.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal, bem como no Portal Transparência desta Autarquia, dentro do prazo estabelecido no item 4.2, e vincularão os participantes e o CRN-4.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Essa licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo federal disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

5.2. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, credenciar-se previamente no Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de obter chave de identificação e senha de acesso, pessoais e intransferíveis.

5.2.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.2.2. O procedimento, regras e critérios, para o cadastramento acima citado, serão os estipulados pelo Portal de Compras do Governo Federal, os quais poderão ser consultados também por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.2.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRN-4 responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.2.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2.5. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, podendo retirá-la ou substituí-la até a abertura da sessão.

6.2. Para iniciar o cadastramento das propostas, é necessário o aceite do termo "Termo de Aceitação. Declaro que cumprio e estou ciente de todas as declarações contidas no termo de aceitação." e a seleção da declaração de ME/EPP, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133/21.

6.2.1. Ao aceitar o referido Termo, será necessário confirmar as seguintes declarações, selecionando apenas aquelas que o licitante realmente cumpre e está ciente delas:

a) Condições de participação:

a.1) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) Declarações para fins de habilitação:

b.1) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

6.2.1.1. A não inclusão das declarações acima listadas acarretará a inabilitação do licitante.

6.2.2. As empresas que optarem pelos benefícios da LC 123/06 deverão indicar, em campo próprio do sistema, que não ultrapassaram o limite de faturamento e cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, caso ele seja aplicado nessa contratação, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. A falsidade das declarações acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1. Quantidade ofertada

6.3.2. Valor unitário

6.3.3. Marca/Fabricante (quando se tratar de aquisição de produtos)

6.3.4. Modelo/Versão (quando se tratar de aquisição de produtos)

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.6. A licitante responsabiliza-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do CRN-4 por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.8. Após o início da sessão, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no Edital e seus Anexos.

6.8.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

6.8.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.8.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.9. Não será levada em consideração proposta que contenha vantagem não prevista neste Edital, inclusive aquela caracterizada por valor baseado nas ofertas dos demais licitantes.

6.10. O envio da proposta implica a plena aceitação, por parte da proponente, às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.11. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, bem como os enunciados na Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6.12. É facultado à Administração, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A partir do horário previsto neste edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

7.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo agente de contratação ou de sua desconexão;

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado neste edital, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.3.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.3.1.1. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1.2.1. A inexecução, nesse caso, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.4.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6. Para este certame, será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO/FECHADO.

8.6.1. No modo de disputa aberto e fechado, conforme designado pela Instrução Normativa SEGES nº 79/2024.

8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento).

8.9. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.11. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.12. Não sendo possível realizar o desempate pelo critério acima, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei 14.133/2021.

8.12.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate acima.

8.12.2. Persistindo o empate, será realizado sorteio, preferencialmente de forma presencial, entre os licitantes convocados, para determinação da ordem de classificação de propostas.

8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13.1. Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no próprio Portal de Compras do Governo Federal.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

9.1. Para usufruir o direito de preferência, a Licitante deverá optar em campo próprio do sistema, pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, quando do envio da proposta.

9.2. As licitantes que não se manifestarem como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no momento do envio da proposta terá o tratamento igual às demais licitantes, não cabendo o direito de recursos posteriores.

9.3. As ME's e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, caso em que, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

9.4. A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido implicará na decadência do direito da primeira colocada, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.5. Após a fase de lances se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.5.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá no prazo de 5 (cinco) minutos apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e se atendidas às exigências deste Edital;

9.5.2. Não sendo Contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da sub condição anterior e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito;

9.5.3. A convocada (licitante convocada) que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.5.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste capítulo, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

9.5.5. O disposto no item "9.5." somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9.5.6. Após a realização do procedimento estabelecido no item "9.5.", o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e poderá deixar de proceder à adjudicação, caso o licitante declarado vencedor não concorde em adequar seu preço àquele estabelecido pela Administração.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, sendo avaliada a exequibilidade da proposta, conforme item 8. deste edital.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado (conforme Anexo II – Modelo de Proposta de Preços), em arquivo único, no sistema, e, se necessário e solicitado, dos documentos complementares.

10.3.1. A proposta deverá conter, entre outros elementos indispensáveis:

a) Descrição detalhada do objeto ofertado, com a inclusão de todas as informações necessárias para a compreensão do mesmo;

b) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação;

b.1) Caso a proposta omita o prazo de validade, este será entendido como sendo o de 60 (sessenta) dias;

c) Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou fornecimento dos bens.

c.1) Não será permitido acréscimos ou supressões, ressalvado o previsto em Lei, mediante anuência da Administração.

c.2) No caso de divergência entre valores expressos em algarismos e valores apresentados por extenso, ou quando notadamente ocorrerem enganos quando da transcrição de valores para planilhas anexadas ou ocorrerem equívocos quanto aos cálculos apresentados, prevalecerá sempre o valor por extenso.

d) Demais informações devem seguir o Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.

10.3.2. A prorrogação do prazo para envio da proposta ajustada poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

10.4. Na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.4.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no item 8.9 deste edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 60 da Lei 14.133/2021.

10.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

10.6. Observado o prazo de que trata o item 10.2 deste edital, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

10.7. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

10.8. Desde que previsto em edital, caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

10.9. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

10.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento mencionado acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.10. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante.

10.11. O valor máximo para esta contratação será de R\$ 53.928,58 (cinquenta e três mil novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), que será utilizado como critério de seleção.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação será verificada por meio das seguintes consultas:

11.1.1. SICAF;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

11.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

11.1.5. Para a consulta de licitantes pessoas jurídicas, poderá haver a substituição das consultas dos itens 11.1.2. a 11.1.4. deste edital, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/92.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29).

11.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.1.2. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, conforme o disposto no art. 36 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

11.3.1. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SicaF, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.3.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, ou comissão de contratação quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8. Independente das consultas previamente realizadas, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste instrumento, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

I - Habilitação jurídica:

- a) Cédula de identidade e CPF dos representantes legais;
- b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para os casos em que couber;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II - Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - a.1) A prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em detrimento à prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) só se aplica quando a licitação permitir a participação de licitantes Pessoas Físicas.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - c.1.) Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais ou estaduais, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal/Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022;
- f) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo IV.
- g) Declaração de que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo VI.
 - g.1) Deverá ser apresentada junto a declaração, certidão emitida pelo MTE, conforme Portaria 547/2025.
- h) Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo VIII.

III - Qualificação técnica:

A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- a) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme Anexo V.
- b) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme Anexo VII.
- c) A empresa contratada, deve possuir experiência comprovada na prestação de serviços de design gráfico e editoração, demonstrada por meio de portfólio de projetos anteriores, preferencialmente para órgãos públicos ou entidades do setor de saúde;

- d) A empresa deve apresentar atestados de capacidade técnicas fornecidos por clientes anteriores, comprovando a execução de serviços similares em natureza e complexidade;
- e) Portfólio atualizado contendo exemplos de peças gráficas, vídeos, materiais editoriais, campanhas digitais ou outros produtos relacionados ao objeto contratual.
- f) Comprovação da equipe mínima, conforme perfis profissionais previstos na tabela abaixo, por meio de documentos que demonstrem vínculo ou relação contratual válida com a empresa licitante, sendo aceitos:
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - Contrato de trabalho;
 - Contrato Social (no caso de sócios que atuem na execução);
 - Contrato de prestação de serviços entre pessoas jurídicas;
 - Outros documentos legalmente aceitos que comprovem disponibilidade da equipe.
- g) A comprovação deverá demonstrar que todos os profissionais exigidos estarão efetivamente disponíveis para execução do contrato, atendendo à quantidade mínima, qualificações e competências definidas no TR.

Item	Perfil Profissional	Quantitativo Mínimo
1	Profissional de Comunicação Sênior	1
2	Design Gráfico	2
3	Editor de Vídeo	1
4	Analista de Mídias Sociais	1
5	Total:	5

IV - Qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- a.1) É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.
- a.2) Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste certame, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.
- a.3) Os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- a.4) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- a.5) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e as demais demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
- 11.9. A documentação de habilitação poderá ser:
- I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- II - substituída por registro cadastral emitido pelo Governo Federal – Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 11.10. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.
- 11.11. Os documentos de habilitação solicitados serão exigidos independente do regime tributário do licitante, assim como dos licitantes Microempreendedores Individuais.
- 11.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.13.1. A verificação pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.13.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento mencionado acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.14. Os documentos de habilitação deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços atualizada, em prazo e condições idênticas ao estipulado para o referido item.
- 11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 11.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de saneamento de erros ou falhas, se houver.

11.17. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, poderão ser encaminhados ao Setor de Compras e Licitações do Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região, situado na Avenida Rio Branco nº 173, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20040-007, em até 3 (três) dias úteis após declarado o vencedor do certame.

11.8. A licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12. DO RECURSO

12.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.1.1. O agente de contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4. Os prazos mencionados acima serão calculados automaticamente pelo sistema, quando do aceite da intenção de recursos.

12.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

12.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que, constatando a regularidade dos atos procedimentais, adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará a licitação.

15. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, em até 05 (cinco) dias úteis, após a convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

15.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CRN-4.

15.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

15.2.1. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, o CRN-4, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta (se houver) em favor do CRN-4.

15.3.1. Essa regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I mencionado acima.

15.4. Previamente à contratação, o CRN-4 realizará consulta ao SicaF para identificar possível impedimento de licitar e contratar, no âmbito do CRN-4, no âmbito da Administração Pública, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SicaF, a licitante deverá regularizar a sua situação perante o cadastro, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos.

15.4.2. Também, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e as juntará ao respectivo processo.

15.5. A ata ou o contrato será emitido e assinado através de sistema eletrônico utilizado pelo CRN-4.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela contratada durante toda a vigência contratual.

15.7. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, prorrogável, conforme o art. 107 da Lei 14.133/21.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um (1) ano, aplicando-se o índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. A repactuação dependerá de solicitação formal do CONTRATADO, com apresentação de memória de cálculo.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 10 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. As obrigações da Contratante estão previstas no item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratada estão previstas no item 14 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado conforme condições previstas no item 9 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

21. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II – Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.2.1. A sanção prevista no inciso II será calculada na forma abaixo:

a) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, em caso de interrupção total ou parcial dos serviços, por descumprimento dos prazos estipulados, por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nestes documentos, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato, que deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

b) Multa de 30% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato, sempre que der causa à inexecução total ou parcial do Contrato, por infração de qualquer de suas cláusulas e por circunstância que lhe seja imputável, que deverá ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

21.2.2. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.2.3. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 21.2.3. deste Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.2.4. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

21.2.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

21.2.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.2.6. A aplicação das sanções previstas no item 21.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.2.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.2.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.2.8.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

21.2.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.2.9.1. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.2.10. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.2.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

21.2.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.2.13. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

21.2.14. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

21.2.14.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

21.2.15. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.2.15.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

21.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.5.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

21.5.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22. OUTRAS CONDIÇÕES

22.1. DA CONFIDENCIALIDADE

22.1.1. Todos os dados, processos, técnicas, metodologias, tecnologia, “know-how”, marcas, patentes e quaisquer outros bens de propriedade intelectual da CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA, ou sobre os quais lhes convenha guardar sigilo, que venham, por elas, a ser disponibilizados para a execução deste contrato, permanecerão nas respectivas titularidades, não podendo sobre eles haver vazamento de informações. E obrigam-se as partes, por si, seus empregados, sócios, diretores, coordenadores, administradores de seus serviços, a somente utilizar-se das informações recebidas pela parte contrária para executar os serviços previstos neste instrumento.

22.1.2. A CONTRATADA deverá ter acesso apenas às informações de autenticação de usuários administrativos de recursos de informática, e somente os sócios ou prepostos da CONTRATANTE poderão solicitar alterações de senhas e conceder permissões de acesso aos recursos de armazenamentos de dados. A CONTRATADA não será obrigada a manter informações de acesso de usuários e senhas dos colaboradores da CONTRATANTE, e, portanto, é de inteira responsabilidade da CONTRATANTE, e seus colaboradores, manter sigilo sobre suas senhas de acesso aos seus dados e sistemas. Entretanto, a CONTRATADA sempre deverá tratar como confidencial toda e qualquer informação que possa, porventura, vir a ter acesso durante algum atendimento solicitado pela CONTRATANTE. Sejam estas informações detalhadas, sensíveis e sigilosas de negócios conduzidos pela CONTRATANTE, incluindo próprios e de terceiros (clientes e/ou potenciais clientes da CONTRATANTE) a quem a CONTRATANTE presta serviços, incluindo, sem limitação, aspectos gerenciais, operacionais, comerciais, financeiros, econômicos, contábeis, fiscais, societários, contratuais, trabalhistas, contenciosos (judicial e/ou administrativo), ambientais, regulatórios, imobiliários, previdenciários e de propriedade industrial, estratégicos, dentre outros, que serão tratadas pela CONTRATADA como sendo confidencial (doravante denominadas em conjunto “Informações Confidenciais”).

22.1.2.1. A CONTRATADA se obriga a manter em caráter estritamente confidencial e sigiloso todos os elementos, especificações, instruções, orientações e quaisquer outras informações de que tenha conhecimento relacionados às Informações Confidenciais, assim como todos os seus desdobramentos e as características derivadas direta ou indiretamente das Informações Confidenciais; não revelar Informações Confidenciais a qualquer outra pessoa, salvo se exigido judicialmente ou por determinação legal proferida por autoridade governamental competente; e não usar as Informações Confidenciais para qualquer fim.

22.1.2.2. A CONTRATADA se obriga pelas obrigações previstas neste contrato por si e por seus prepostos, funcionários, empregados, sócios, contratados terceirizados, fornecedores, prestadores de serviços e quaisquer terceiros, obrigando-se também a zelar para que estes observem e respeitem as obrigações de confidencialidade previstas neste contrato, obrigando-os, em qualquer hipótese, igualmente ao sigilo ora convencionado.

22.1.2.3. A CONTRATADA tem conhecimento de que o uso indevido das Informações Confidenciais e/ou a violação dos termos deste contrato podem acarretar perdas, danos e/ou prejuízos à CONTRATANTE. Dessa forma, qualquer infração dolosa prevista no caput desta cláusula, quando comprovadamente violadas pela CONTRATADA ou por qualquer das pessoas listadas no parágrafo segundo desta cláusula, sujeitará subsidiariamente a CONTRATADA a incumbência de perdas e danos à CONTRATANTE, nos termos da legislação aplicável.

22.1.2.4. Este contrato restringe-se a serviços de manutenção e suporte técnico em informática aos recursos da infraestrutura de tecnologia da informação da CONTRATANTE, não cabendo a CONTRATADA qualquer responsabilidade sobre o processo de tratamento de dados operados pela CONTRATANTE e seus sócios, colaboradores ou prepostos, sejam esses dados próprios, de seus clientes, de seus fornecedores, ou de terceiros. Cabendo exclusivamente a CONTRATANTE a sua adequação a Lei Geral de Proteção de Dados, entretanto a CONTRATADA poderá auxiliar na execução técnica, mediante novo projeto ou contrato, de adequação dos processos de acordo com as definições dos mesmo por parte da CONTRATANTE, seu CONTROLADOR, seu OPERADOR, seu ENCARREGADO, e seus demais responsáveis nomeados pela CONTRATANTE.

22.2. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.2.1. A CONTRATADA esclarece que para fins de dados pessoais, entendidos estes como os descritos na Lei nº 13.709/18 (ou simplesmente “LGPD”), relacionados aos serviços contratados, atua como OPERADORA dos dados, sendo de responsabilidade da CONTRATANTE a indicação do propósito de seus dados pessoais ou de seus clientes; a exatidão, qualidade, legalidade e confiabilidade dos dados pessoais fornecidos à CONTRATADA; informar seus clientes/titulares dos dados, sobre o processamento e tratamento dos dados pessoais e as modalidades para o exercício do titular de direitos; obter de seus clientes/titulares o devido consentimento, e informá-los que seus dados estão armazenados em nuvem; informar/solicitar à CONTRATADA quando da necessidade de exclusão de dados pessoais, a pedido de seu titular; e ainda agir com a observância à legislação pertinente, transparência e boa-fé.

22.2.2. A CONTRATADA se compromete a não compartilhar os dados pessoais que tem acesso com terceiros, salvo com autorização prévia e expressa da CONTRATANTE.

22.2.2.1. As PARTES acordam que a CONTRATADA poderá compartilhar com suas coligadas e/ou empresas do grupo, o presente contrato, com a exclusiva finalidade de execução do mesmo, ou seja, para seu gerenciamento, cobrança e gestão.

22.2.3. A CONTRATANTE declara que é responsável e deverá monitorar, por meios adequados, sua própria conformidade e a de seus funcionários e colaboradores com as respectivas obrigações de proteção de dados pessoais no âmbito da utilização dos Serviços. Os acessos a informações e conteúdos oriundos da CONTRATANTE não é monitorado e controlado pela CONTRATADA.

22.2.4. A CONTRATADA declara que no presente contrato se enquadra na qualidade de operador, uma vez que não coleta os dados de seus titulares e não os armazena em seu banco de dados, apenas podendo acessá-los remotamente, quando autorizado pelo controlador (CONTRATANTE).

22.2.5. Na ocorrência de um incidente de segurança em relação aos Dados Pessoais, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE, por escrito, em até 72 (setenta e duas) horas, acerca da violação dos Dados Pessoais. As informações a serem disponibilizadas pela CONTRATADA incluirão a descrição da

natureza da violação dos Dados Pessoais, incluindo quais Dados Pessoais foram envolvidos nos incidentes, as categorias e o número de titulares de dados implicados; as prováveis consequências já concretizadas da violação; a descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos Dados Pessoais e mitigar os possíveis efeitos adversos. Setor de Tecnologia da Informação Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Da sessão pública do certame divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal Transparência do CRN-4 - Menu "Licitações e Contratos – Licitações – Em Andamento", mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14. Ao contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos em Lei.

23.15. As condições estabelecidas no presente Edital são consideradas básicas e indispensáveis para o fornecimento do objeto licitado.

23.16. A apresentação da proposta importará, por si só, na aceitação pelo proponente das condições deste Edital.

23.17. Os demais casos omissos assim como dúvidas surgidas serão resolvidos pela Comissão de Licitação com observância das da Lei nº 14.133/2021.

23.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV - Modelo de Declaração relativa ao trabalho de menores;

Anexo V - Modelo de Declaração de conhecimento das informações.

Anexo VI - Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social;

Anexo VII - Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de habilitação;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de que cumpre o art. 63, § 1º da lei 14.133/2021.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência foi precedido de Estudo Técnico Preliminar com pesquisas de mercado e atende plenamente aos ditames da Lei 14.133/2021 e outras leis vigentes e pertinentes ao objeto a ser contratado.

2. REQUISITANTE

2.1. **Órgão Interessado:** Conselho Regional de Nutrição 4ª Região – CRN-4

2.2. **Área Interessada:** Setor de Comunicação

2.3. **Endereço:** Av Rio Branco, 173, 5 andar - Centro / Rio de Janeiro.

3. OBJETO

3.1. Prestação de serviços de comunicação institucional especializados em design gráfico, editoria, audiovisual e marketing digital, a serem executados de forma integrada e em total cooperação com o Setor de Comunicação e Comissão de Comunicação do Conselho Regional de Nutrição 4a Região (CRN-4).

3.2. Os produtos e serviços que constituem o objeto desta contratação serão requeridos pelo Setor de Comunicação do CRN-4, dentro dos quantitativos previstos neste documento.

3.3. Os produtos e serviços objeto deste documento compreendem aqueles de natureza essencial ao atendimento das demandas diárias, semanais e mensais do CRN-4 e serão demandados por meio de e-mail.

3.4. Dada a sua relevância, para a execução das ações de comunicação planejadas e essenciais para a comunicação do CRN-4, os produtos e serviços poderão ser demandados por meio de e-mail com período de execução em conformidade com a Tabela II – Prazo de entrega dos produtos e serviços, e segundo a conveniência e oportunidade verificada pelo gestor do contrato.

3.5 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa da Administração e interesse público, desde que mantidas as condições contratuais e vantajosidade.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. Desde a pandemia de COVID-19, em 2020, a área da comunicação iniciou uma transformação profunda impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais. A forma como as organizações se comunica com seus públicos mudou, exigindo estratégias mais dinâmicas, integradas e direcionadas.

4.2 A presente contratação justifica-se pelo contexto do Conselho Regional de Nutrição 4ª Região (CRN-4), que tem a necessidade de uma comunicação eficaz e ainda mais premente devido à importância de fortalecer a imagem e a credibilidade da instituição junto aos profissionais e à sociedade. Principalmente após a implementação de sistema de atendimento online e a carteira de identidade profissional digital. Atualmente, o profissional não precisa comparecer a uma das sedes do Conselho para ter acesso aos serviços. Basta acessar de forma remota. Diante disso, faz-se necessário o investimento em produção gráfica para peças online e offline, além de redação, revisão dos produtos e produção de audiovisual com vista na divulgação e preservação da imagem institucional em total cooperação junto ao Setor de Comunicação do CRN-4.

4.3. Apesar de essencial, por não se tratar de finalidade específica do Conselho, não se justificaria criar uma estrutura completa departamental interna no processo de operacionalização das estratégias de tornar públicas as atividades e ações do regional. A contratação por única empresa facilita e reduz o custo da operacionalidade da realização dos serviços, atendendo ao princípio da economicidade.

4.4 Será adotada a modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 29, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços comuns de comunicação institucional, conforme definição legal e jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).

5. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1. Considerando o dinamismo através do qual se baseia a comunicação institucional, serão demandados serviços/produtos cuja periodicidade poderá ser diária, semanal, mensal, semestral e anual, conforme Tabela I – Dos Quantitativos Máximos Previstos. Os serviços a serem contratados incluem, mas não se limitam a:

5.2. Promover sua imagem institucional e conferir maior efetividade à interlocução entre o CRN-4 com a sociedade e as categorias da nutrição.

5.3. Comunicação visual criativa e inovadora: a empresa deve apresentar propostas criativas de identidade visual para os materiais que dialoguem com os inscritos no CRN-4 e a sociedade em geral, sempre focando na qualidade visual e informativa.

5.4. Criação e editoração de publicações institucionais: criação de layouts, revisão textual e diagramação de cartilhas, e-books, relatórios de gestão, planejamento estratégico da gestão e outras publicações.

5.5. Produção de conteúdo digital para mídias sociais e plataformas online: desenvolvimento, criação e adaptações de peças gráficas para mídias sociais, campanhas institucionais, website, newsletters e outras plataformas digitais de acordo com o planejamento de conteúdo, campanhas, criação de filtros e avatares para redes sociais e projetos do CRN-4.

5.6. Design e produção de materiais gráficos para eventos e campanhas institucionais: desenvolvimento, criação e adaptações de artes gráficas para mídia impressa como folders, backdrop, cartazes, outdoors, cadernos, bottons, fita métrica, blocos com papel timbrado, ecobag, crachás, cartões, convites, banners, placas decorativas, envelopes, faixas, flyers, manuais, canetas, camisa, filipetas e outras publicações para impressão utilizados em campanhas e eventos institucionais.

5.7. Produção audiovisual: roteiros, gravações, vídeos curtos e institucionais, vinhetas e animações gráficas.

5.8. Fortalecimento da comunicação visual e identidade de marca: manutenção e reformulação, se necessário, da identidade visual do CRN-4.

5.9. Monitoramento de métricas e relatórios de desempenho: acompanhamento periódico das métricas de engajamento, alcance e desempenho das campanhas digitais, com elaboração de relatórios mensais contendo indicadores, análises e recomendações estratégicas.

TABELA I - Dos Quantitativos por Período

Serviço	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada	Observações
Comunicação Visual Criativa e Inovadora	Propostas de identidade visual para campanhas e eventos.	Projeto	15 projetos/ano	Inclui conceito visual e identidade para campanhas e eventos
Publicações Institucionais	Criação de layout, revisão textual e diagramação para publicações como cartilhas (até 20pgs), e-books (até 50pgs), relatórios de gestão até 130 pgs), planejamentos estratégicos, entre outros.	Unidade (material)	20 materiais/ano	Inclui revisões e versão final para impressão e digital
Conteúdo Digital	Posts estáticos e carrosséis	Unidade (peça digital)	20/mês	Os posts com formato de imagem e de animação (com movimento), podendo, ser inclusive carrossel, deve ser considerado uma única postagem.

				* Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Conteúdo Digital	Stories (geralmente derivados dos cards/carrosséis)	Unidade	20/mês	Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Conteúdo Digital	Banners digitais para o site institucional e campanhas	Unidade	10 peças/mês	Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Conteúdo Digital	Peças animadas para as redes sociais	Unidade (animação)	15 peças/mês	Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Conteúdo Digital	Newsletter	Unidade	1 peça/mês	Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Design de Materiais Gráficos Diversos	Criação e adaptação de artes gráficas para mídia impressa (folders, calendários, canetas, cartazes, banners, backdrop, outdoor, entre outros) para eventos e campanhas.	Unidade (peça gráfica)	25 unidades/ano	Para diferentes formatos e itens promocionais
Vídeos institucionais curtos (até 3min), vinheta e animações gráficas.	Produção de roteiros, gravações, vídeos curtos e institucionais, vinhetas e animações gráficas.	Unidade	15 unidades/ano	Formatos adequados para múltiplas plataformas.
Criação de Filtros e Avatares para Redes Sociais	Desenvolvimento de filtros e avatares personalizados para plataformas de redes sociais.	Unidade (filtro/avatar)	5 unidades/ano	Filtragem em alinhamento com campanhas digitais.
Manutenção e Reformulação da Identidade Visual	Revisão/formulação de identidade visual, conforme necessidade ou novas diretrizes institucionais.	Projeto	1 reformulação a cada 3 anos	Inclui atualização de logotipos, cores, e diretrizes de marca.
Monitoramento de Métricas e Relatórios	Relatórios analíticos de desempenho das campanhas digitais.	Relatório.	12 relatórios/ano (mensais).	Acompanhamento periódico das métricas de engajamento, alcance e desempenho das campanhas digitais, com elaboração de relatórios mensais contendo indicadores, análises e recomendações estratégicas.

5.10. Cláusula de flexibilidade: novos formatos de comunicação digital e gráfica que venham a surgir durante a execução do contrato poderão ser incluídos nas demandas do CRN-4, desde que guardem relação com os serviços descritos neste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Busca-se nesta contratação a seleção de empresa especializada em design gráfico, editoria, audiovisual e marketing digital e com capacidade técnica suficiente para atender as demandas do CRN-4 no campo da contratação, devendo atender aos seguintes requisitos:

6.2. Qualificação Técnica:

6.2.1. A empresa contratada, deve possuir experiência comprovada na prestação de serviços de design gráfico e editoração, demonstrada por meio de portfólio de projetos anteriores, preferencialmente para órgãos públicos ou entidades do setor de saúde;

6.2.2. A empresa deve apresentar atestados de capacidade técnicas fornecidos por clientes anteriores, comprovando a execução de serviços similares em natureza e complexidade;

6.2.3. A empresa deve manter quantitativo mínimo de perfis com qualificação técnica além de estrutura administrativa e tecnológica que deve estar disponível para o cumprimento e execução dos serviços, conforme quadro abaixo:

Item	Perfil Profissional	Quantitativo Mínimo
1	Profissional de Comunicação Sênior	1
2	Design Gráfico	2
3	Editor de Vídeo	1

4	Analista de Mídias Sociais	1
5	Total:	5

6.2.4. As competências, capacidade e experiência necessárias serão exigidas na contratação para ajustar às necessidades e demandas do CRN-4, tanto em quantidade mínima acima descrita e qualidade de formação da equipe:

6.2.5. Profissional de Comunicação Sênior - Profissional, preferencialmente graduado em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo, com no mínimo 05 (cinco) anos de experiência em gestão de comunicação institucional. Deve comprovar atuação em coordenação de equipes e planejamento estratégico de comunicação. Deve estar capacitado para: orientar o planejamento estratégico de comunicação institucional; supervisionar a execução de campanhas on e offline; validar conteúdos e peças gráficas e audiovisuais; elaborar relatórios de desempenho e sugerir melhorias de processos.

6.2.6. Profissional de Comunicação Visual - Designer - Profissional, preferencialmente em Comunicação Social ou Design Gráfico, com no mínimo 03 (três) anos de experiência na área de comunicação, com atuação em agências/empresas. Deve ter conhecimento técnico das ferramentas de edição gráfica (Illustrator, Photoshop, InDesign, Corel Draw, Figma ou equivalentes) e estar capacitado para: desenvolvimento gráfico de peças on e offline; criação e adaptação de identidades visuais; produção de materiais digitais e impressos; diagramação de publicações institucionais (cartilhas, e-books, relatórios).

6.2.7. Profissional de Audiovisual – Editor de Vídeos - Profissional, preferencialmente com formação em Comunicação Social, Rádio e TV, Cinema ou áreas correlatas, com no mínimo 03 (três) anos de experiência na área de produção audiovisual, com atuação em agências, produtoras ou empresas de comunicação. Deve possuir conhecimento técnico das ferramentas de edição e finalização de vídeo (como Adobe Premiere, After Effects, DaVinci Resolve ou equivalentes) e estar capacitado para: roteirização, edição e montagem de vídeos institucionais e de campanhas; criação de vinhetas, legendas, trilhas e inserção de efeitos visuais; adaptação de formatos para diferentes canais (redes sociais, site, YouTube, eventos); entrega de arquivos em alta definição e em versões compatíveis com plataformas digitais.

6.2.8. Analista de Mídias Sociais - Profissional, preferencialmente graduado em Comunicação Social, Marketing, Publicidade e Propaganda ou áreas afins, com no mínimo 02 (dois) anos de experiência em gestão de redes sociais e marketing digital. Deve ter conhecimento em estratégias de engajamento e análise de métricas digitais, além de domínio de ferramentas de monitoramento e gestão de conteúdo (Meta Business Suite, Google Ads, Analytics, Hootsuite, entre outros). Deve estar capacitado para: elaborar e acompanhar calendários editoriais; planejar, executar e monitorar campanhas digitais; redigir conteúdos adaptados para diferentes públicos e plataformas; produzir relatórios de desempenho e engajamento.

6.2.9. A empresa deverá comprovar, anteriormente à contratação, a disponibilidade da equipe mínima exigida, por meio de documentos que demonstrem vínculo ou relação contratual válida, tais como: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Contrato de trabalho; Contrato social (no caso de sócios); Contrato de prestação de serviços entre pessoas jurídicas; outros instrumentos legalmente aceitos que assegurem a execução do objeto. A comprovação deverá garantir que os profissionais indicados estarão disponíveis para atender às demandas do contrato, conforme requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2.10. Deverá, ainda, dispor de estrutura adequada para atender às demandas em design gráfico, audiovisual e marketing digital, conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A prestação dos serviços será executada de acordo com a demanda do CRN-4 e dar-se-á de acordo com as necessidades e objetivos estratégicos do conselho, pela empresa contratada, de acordo com a sua necessidade, interesse e conveniência.

7.2. O CRN-4 fará as solicitações dos serviços objeto do presente certame, conforme sua necessidade, durante período em que perdurar a relação contratual.

7.2.1. Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo conforme estipulado na Tabela II.

7.2.2. Os serviços serão prestados pela empresa CONTRATADA sempre que solicitado, por meio e-mail, podendo ser enviado por mensagem eletrônica, a ser emitido pelo Fiscal do Contrato, que será designado pelo CRN-4, no qual serão especificados os serviços a serem executados e os materiais a serem empregados, estando o prazo de Entrega de Produtos e Serviços vinculado ao envio desse documento.

7.2.2.1. O e-mail deverá ser respondido como forma de confirmação pelo responsável de atendimento ao CRN-4 no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de seu recebimento.

7.2.3. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no item acima implicará na aplicação das penalidades previstas no Edital e Contrato.

7.2.4. O CRN-4 poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que não forem compatíveis com as características exigidas neste Termo de Referência, emitindo o pertinente Termo de Rejeição com indicação do problema e o prazo em que a Contratada deverá sanar as falhas verificadas para o pleno atendimento às exigências deste Edital.

7.2.5. A Contratada deverá refazer os serviços rejeitados pelo CRN-4 considerados como mal executados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de recebimento da comunicação efetuada pelo CRN-4, devendo os novos produtos serem entregues sem qualquer ônus para este último, condicionado ao saneamento da situação e a emissão do pertinente Termo de Aceitação, posteriormente.

7.2.6. O prazo de entrega dos serviços poderá ser adiado, mediante solicitação formal da contratada e aceite do fiscal do contrato, desde que ocorra um dos seguintes motivos 7.2.6.1 a 7.2.6.7:

7.2.6.1. Alteração das especificações pelo CRN-4;

7.2.6.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade as partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;

7.2.6.3. Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CRN-4;

7.2.6.4. Aumento das quantidades solicitadas inicialmente na “Solicitação da Ordem de Serviços”;

7.2.6.5. Impedimento de execução do Contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pelo CRN-4

7.2.6.6. Em documento contemporâneo a sua ocorrência;

7.2.6.7. Omissão ou atraso de providências a cargo do CRN-4, que resulte diretamente em impedimento ou em retardamento na execução do Contrato.

7.2.6.8 Em caso de prorrogação, o novo prazo será definido proporcionalmente à complexidade da demanda e ao tempo adicional necessário para sua execução, não podendo exceder 50% do prazo originalmente previsto para o serviço, salvo justificativa técnica aprovada pelo setor competente do CRN-4.

7.2.7. Verificando algum dos motivos relacionados no subitem anterior, poderá o CRN-4, analisados os fatos e conveniências, autorizar a prorrogação do prazo de entrega dos serviços, por até uma vez, notificando a Empresa Contratada a respeito.

7.2.8. O aceite do objeto pelo setor competente do CRN-4 não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, e verificadas posteriormente.

TABELA II - PRAZO DE ENTREGA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Serviço	Descrição	Prazo	Observações
Comunicação Visual Criativa e Inovadora	Propostas de identidade visual para campanhas e eventos.	Até 7 dias úteis.	Inclui apresentação de conceitos, revisão e ajustes finais.
Publicações Institucionais	Cartilhas, e-books, relatórios de gestão, planejamentos estratégicos, entre outros.	Até 10 dias úteis (até 50pg); Até 15 dias úteis (maiores).	Com etapas de revisão e aprovação antes da finalização.
Conteúdo Digital	Posts estáticos, carrosséis, stories, newsletter, banners e animações.	Até 48 horas após solicitação.	Com revisões e aprovação prévia. Demandas emergenciais em até 12 horas. Adaptações e revisões com base no planejamento digital do CRN-4.
Design de Materiais Gráficos Diversos	Folders, calendários, canetas, cartazes, banners, backdrop, entre outros.	Até 7 dias úteis após briefing inicial.	Inclui 1 a 2 rodadas de revisão, se necessário.
Produção audiovisual	Vídeos institucionais curtos (até 3min), vinheta e animações gráficas.	Até 10 dias úteis.	Formatos adequados para múltiplas plataformas.
Criação de Filtros e Avatares para Redes Sociais	Desenvolvimento de filtros e avatares personalizados para plataformas de redes sociais.	Até 7 dias úteis.	Filtragem em alinhamento com campanhas digitais.
Manutenção e Reformulação da Identidade Visual	Revisão/formulação de identidade visual, conforme necessidade ou novas diretrizes institucionais.	Projeto anual conforme demanda.	Inclui atualizações conforme a necessidade de adequação de imagem.
Monitoramento de Métricas e Relatórios	Relatórios mensais com indicadores de desempenho, análises e recomendações.	Até o 5º dia útil do mês subsequente.	Relatórios devem ser apresentados em formato digital e discutidos em reunião de alinhamento.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A Coordenação de Comunicação irá validar cada atividade realizada e cada serviço solicitado e entregue. Esta validação se dará nos relatórios de atividades e nas Notas Fiscais emitidas e correspondentes.

8.2 A gestão e fiscalização do contrato serão definidas por indicação da diretoria do Conselho Regional de Nutrição 4a Região.

9. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos ocorrerão até de até 5 (cinco) dias úteis após a validação do relatório pelo fiscal de contrato, mediante a apresentação da Nota fiscal, acompanhados obrigatoriamente dos documentos de comprovação de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Débitos Trabalhistas (CNDT) e tributos federais e Dívida Ativa da União.

9.2. Nos casos em que houver erro material na emissão do documento fiscal, será dado prazo de 5 (cinco) dias úteis à CONTRATADA, para regularização.

9.3. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente expressar os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.3.1. O prazo de validade;

9.3.2. A data da emissão;

9.3.3. Os dados do contrato e do CRN-4;

9.3.4. O período de prestação dos serviços;

9.3.5. O valor a pagar; e

9.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4. O pagamento será efetuado após o recebimento da Nota Fiscal, que será atestada pelo fiscal do contrato, em moeda corrente, por meio de ordem bancária de crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pela CONTRATADA, ou pagamento via cobrança por boleto bancário, pagável na rede de compensação nacional.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou quando efetivado o pagamento do boleto no sistema financeiro.

9.6. O prazo para pagamento da nota fiscal, será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do atesto pelo fiscal do contrato.

9.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando o prazo para pagamento após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CRN-4.

9.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CRN-4, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

a) $I = (TX / 100) / 365$

b) $EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.9. Os pagamentos das Notas Fiscais efetuadas pelo CRN-4, não deverão ser vinculados ao pagamento dos salários e benefícios aos empregados, nem ao pagamento de tributos e taxas devidos pela CONTRATADA. Desta forma, a CONTRATADA não poderá justificar o não pagamento de suas obrigações por não receber os valores das Notas Fiscais emitidas à CRN-4.

10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

10.1. A contratada deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei nº 14.133/21 e atender o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Da habilitação jurídica:

a) Cédula de identidade e CPF dos representantes legais;

b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para os casos em que couber;

c) Registro comercial, no caso de empresa individual;

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Da Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

a.1) A prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em detrimento à prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) só se aplica quando a licitação permitir a participação de licitantes Pessoas Físicas.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c1.) Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais ou estaduais, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal/Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022;

f) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

g) Declaração de que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g.1) Deverá ser apresentada junto a declaração, certidão emitida pelo MTE, conforme Portaria 547/2025.

h) Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Da Qualificação técnica:

a) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas.

c) A Qualificação técnica do LICITANTE também será atestada através de:

c.1) Atestado(s) que comprove(m) a prestação do serviço objeto deste Termo de Referência, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou, ainda, para empresas privadas.

d) Os atestados e declarações, deverão conter, minimamente, os dados do emissor (Razão Social, CNPJ), o período da prestação dos serviços e a assinatura do responsável pela emissão do mesmo.

d.1) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

e) Portfólio atualizado contendo exemplos de peças gráficas, vídeos, materiais editoriais, campanhas digitais ou outros produtos relacionados ao objeto contratual.

f) Comprovação da equipe mínima, conforme perfis profissionais previstos no item 6.2 deste Termo de Referência, por meio de documentos que demonstrem vínculo ou relação contratual válida com a empresa licitante, sendo aceitos:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Contrato de trabalho;
- Contrato Social (no caso de sócios que atuem na execução);
- Contrato de prestação de serviços entre pessoas jurídicas;
- Outros documentos legalmente aceitos que comprovem disponibilidade da equipe.

g) A comprovação deverá demonstrar que todos os profissionais exigidos estarão efetivamente disponíveis para execução do contrato, atendendo à quantidade mínima, qualificações e competências definidas no TR.

Da Qualificação econômico-financeira:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

a.1) É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

a.2) Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste certame, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.

a.3) Os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.4) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

a.5) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e as demais demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

10.2. O critério de aceitação da proposta será o menor preço por global, respeitados os valores máximos determinados pela Administração.

10.2.1. As propostas deverão detalhar os preços unitários que compõem o item.

10.3. A proposta de preços apresentada deverá contemplar o valor global do item, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência, em especial o valor dos tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução.

10.4. A proposta deverá ser compatível com os preços praticados no mercado, sob pena de desclassificação, tendo como parâmetro o preço máximo de referência estimado por este CRN-4.

10.5. A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

10.6. A proposta de preço deverá conter, minimamente:

10.6.1. Valor por item e global da prestação dos serviços;

10.6.2. A discriminação do objeto;

10.6.3. A apresentação dos dados da proponente e;

10.6.4. A assinatura do representante legal de licitante.

10.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei 14.133/2021.

11. DOS VALORES ESTIMADOS, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E REPACTUAÇÃO DE VALORES

11.1. Determina-se, através de pesquisa de mercado, o valor máximo anual de 53.928,58 (cinquenta e três mil novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos anuais), para a prestação dos serviços objeto deste Termo.

11.2. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da prestação de serviços objeto deste documento correrão à conta da dotação orçamentária do CRN-4 para o exercício de 2026, sob a rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.04.002 - Serviço de Assessoria e Consultoria.

11.3. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.3.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um (1) ano, aplicando-se o índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. A repactuação dependerá de solicitação formal do CONTRATADO, com apresentação de memória de cálculo.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. 16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12. DAS GARANTIAS

12.1. Não se vislumbram garantias.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização das entregas, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas.

13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.6. Fornecer por escrito as informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os fornecimentos conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos.

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.3. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público, seja empregado público, ocupante de cargo em comissão, função de confiança ou Conselheiro do CRN-4, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

14.4. Manter as condições de habilitação previstas no Edital e seus Anexos durante a vigência do contrato.

14.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na execução do objeto.

14.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto.

14.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

14.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Será admitida a subcontratação, desde que a subcontratada atenda os requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista.

15.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

16.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II – Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. A sanção prevista no inciso II será calculada na forma

16.3.1. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, em caso de interrupção total ou parcial dos serviços, por descumprimento dos prazos estipulados, por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nestes documentos, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato, que deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

16.3.2. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato, sempre que der causa à inexecução total ou parcial do Contrato, por infração de qualquer de suas cláusulas e por circunstância que lhe seja imputável, que deverá ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

16.3.3. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.3.4. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.3.3. deste Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.3.5. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

16.3.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

16.3.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.3.7. A aplicação das sanções previstas no item 16.3. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.3.8. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.3.9. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.3.9.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

16.3.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.3.10.1. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.3.11. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

16.3.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16.3.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.3.14. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

16.3.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

16.3.15.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

16.3.16. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.3.16.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.5. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

16.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.6.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

16.6.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17. OUTRAS CONDIÇÕES

17.1. DA CONFIDENCIALIDADE

17.1.1. Todos os dados, processos, técnicas, metodologias, tecnologia, “know-how”, marcas, patentes e quaisquer outros bens de propriedade intelectual da CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA, ou sobre os quais lhes convenha guardar sigilo, que venham, por elas, a ser disponibilizados para a execução deste contrato, permanecerão nas respectivas titularidades, não podendo sobre eles haver vazamento de informações. E obrigam-se as partes, por si, seus empregados, sócios, diretores, coordenadores, administradores de seus serviços, a somente utilizar-se das informações recebidas pela parte contrária para executar os serviços previstos neste instrumento.

17.1.2. A CONTRATADA deverá ter acesso apenas às informações de autenticação de usuários administrativos de recursos de informática, e somente os sócios ou prepostos da CONTRATANTE poderão solicitar alterações de senhas e conceder permissões de acesso aos recursos de armazenamentos de dados. A CONTRATADA não será obrigada a manter informações de acesso de usuários e senhas dos colaboradores da CONTRATANTE, e, portanto, é de inteira responsabilidade da CONTRATANTE, e seus colaboradores, manter sigilo sobre suas senhas de acesso aos seus dados e sistemas. Entretanto, a CONTRATADA sempre deverá tratar como confidencial toda e qualquer informação que possa, porventura, vir a ter acesso durante algum atendimento solicitado pela CONTRATANTE. Sejam estas informações detalhadas, sensíveis e sigilosas de negócios conduzidos pela CONTRATANTE, incluindo próprios e de terceiros (clientes e/ou potenciais clientes da CONTRATANTE) a quem a CONTRATANTE presta serviços, incluindo, sem limitação, aspectos gerenciais, operacionais, comerciais, financeiros, econômicos, contábeis, fiscais, societários, contratuais, trabalhistas, contenciosos (judicial e/ou administrativo), ambientais, regulatórios, imobiliários, previdenciários e de propriedade industrial, estratégicos, dentre outros, que serão tratadas pela CONTRATADA como sendo confidencial (doravante denominadas em conjunto “Informações Confidenciais”).

17.1.2.1. A CONTRATADA se obriga a manter em caráter estritamente confidencial e sigiloso todos os elementos, especificações, instruções, orientações e quaisquer outras informações de que tenha conhecimento relacionados às Informações Confidenciais, assim como todos os seus desdobramentos e as características derivadas direta ou indiretamente das Informações Confidenciais; não revelar Informações Confidenciais a qualquer outra pessoa, salvo se exigido judicialmente ou por determinação legal proferida por autoridade governamental competente; e não usar as Informações Confidenciais para qualquer fim.

17.1.2.2. A CONTRATADA se obriga pelas obrigações previstas neste contrato por si e por seus prepostos, funcionários, empregados, sócios, contratados terceirizados, fornecedores, prestadores de serviços e quaisquer terceiros, obrigando-se também a zelar para que estes observem e respeitem as obrigações de confidencialidade previstas neste contrato, obrigando-os, em qualquer hipótese, igualmente ao sigilo ora convencionado.

17.1.2.3. A CONTRATADA tem conhecimento de que o uso indevido das Informações Confidenciais e/ou a violação dos termos deste contrato podem acarretar perdas, danos e/ou prejuízos à CONTRATANTE. Dessa forma, qualquer infração dolosa prevista no caput desta cláusula, quando comprovadamente violadas pela CONTRATADA ou por qualquer das pessoas listadas no parágrafo segundo desta cláusula, sujeitará subsidiariamente a CONTRATADA a incumbência de perdas e danos à CONTRATANTE, nos termos da legislação aplicável.

17.1.2.4. Este contrato restringe-se a serviços de manutenção e suporte técnico em informática aos recursos da infraestrutura de tecnologia da informação da CONTRATANTE, não cabendo a CONTRATADA qualquer responsabilidade sobre o processo de tratamento de dados operados pela CONTRATANTE e seus sócios, colaboradores ou prepostos, sejam esses dados próprios, de seus clientes, de seus fornecedores, ou de terceiros. Cabendo exclusivamente a CONTRATANTE a sua adequação a Lei Geral de Proteção de Dados, entretanto a CONTRATADA poderá auxiliar na execução técnica, mediante novo projeto ou contrato, de adequação dos processos de acordo com as definições dos mesmo por parte da CONTRATANTE, seu CONTROLADOR, seu OPERADOR, seu ENCARREGADO, e seus demais responsáveis nomeados pela CONTRATANTE.

17.2. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.2.1. A CONTRATADA esclarece que para fins de dados pessoais, entendidos estes como os descritos na Lei nº 13.709/18 (ou simplesmente “LGPD”), relacionados aos serviços contratados, atua como OPERADORA dos dados, sendo de responsabilidade da CONTRATANTE a indicação do propósito de seus dados pessoais ou de seus clientes; a exatidão, qualidade, legalidade e confiabilidade dos dados pessoais fornecidos à CONTRATADA; informar seus clientes/titulares dos dados, sobre o processamento e tratamento dos dados pessoais e as modalidades para o exercício do titular de direitos; obter de seus clientes/titulares o devido consentimento, e informá-los que seus dados estão armazenados em nuvem; informar/solicitar à CONTRATADA quando da necessidade de exclusão de dados pessoais, a pedido de seu titular; e ainda agir com a observância à legislação pertinente, transparência e boa-fé.

17.2.2. A CONTRATADA se compromete a não compartilhar os dados pessoais que tem acesso com terceiros, salvo com autorização prévia e expressa da CONTRATANTE.

17.2.2.1. As PARTES acordam que a CONTRATADA poderá compartilhar com suas coligadas e/ou empresas do grupo, o presente contrato, com a exclusiva finalidade de execução do mesmo, ou seja, para seu gerenciamento, cobrança e gestão.

17.2.3. A CONTRATANTE declara que é responsável e deverá monitorar, por meios adequados, sua própria conformidade e a de seus funcionários e colaboradores com as respectivas obrigações de proteção de dados pessoais no âmbito da utilização dos Serviços. Os acessos a informações e conteúdos oriundos da CONTRATANTE não é monitorado e controlado pela CONTRATADA.

17.2.4. A CONTRATADA declara que no presente contrato se enquadra na qualidade de operador, uma vez que não coleta os dados de seus titulares e não os armazena em seu banco de dados, apenas podendo acessá-los remotamente, quando autorizado pelo controlador (CONTRATANTE).

17.2.5. Na ocorrência de um incidente de segurança em relação aos Dados Pessoais, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE, por escrito, em até 72 (setenta e duas) horas, acerca da violação dos Dados Pessoais. As informações a serem disponibilizadas pela CONTRATADA incluirão a descrição da natureza da violação dos Dados Pessoais, incluindo quais Dados Pessoais foram envolvidos nos incidentes, as categorias e o número de titulares de dados implicados; as prováveis consequências já concretizadas da violação; a descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos Dados Pessoais e mitigar os possíveis efeitos adversos. Setor de Tecnologia da Informação Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/20XX

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação institucional especializados em design gráfico, editoria, audiovisual e marketing digital, a serem executados de forma integrada e em total cooperação com o Setor de Comunicação e Comissão de Comunicação do Conselho Regional de Nutrição 4ª Região (CRN-4), conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

TELEFONE:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação institucional especializados em design gráfico, editoria, audiovisual e marketing digital, a serem executados de forma integrada e em total cooperação com o Setor de Comunicação e Comissão de Comunicação do Conselho Regional de Nutrição 4ª Região (CRN-4), conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).	1	12 meses	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (valor por extenso).

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (quantidade por extenso) dias, contados da data da sua apresentação.

*Prazo de validade mínimo de: 60 (sessenta) dias.

1. Declaramos que:

1.1. Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/na prestação dos serviços.

1.2. Os serviços ofertados atenderão a todas as exigências do Edital respectivo, em especial as do Termo de Referência Anexo I.

Cidade, __ de _____ de ____.

Nome e assinatura do responsável legal pela empresa

RG e CPF do responsável

Cargo do responsável

(Se for procurador, deverá comprovar mediante procuração)

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXXXXX**Processo nº XXXXXXXX**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO E A EMPRESA_____.

O **CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO – CRN4**, Autarquia Federal instituída pela Lei nº 6.583/78 e Decreto nº 84.444/80, inscrita no CNPJ nº 30.892.350/0001-70 com sede na Avenida Rio Branco, nº 173, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu(ua) Presidente, Senhor(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, e de seu(ua) Conselheiro(a) Tesoureiro(a), Senhor(a) _____, portador(a) do CPF sob o número _____, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS NORMAS DE REGÊNCIA E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato rege-se pela Lei nº 14.133/2021.

1.2. O presente contrato fundamenta-se:

I - Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:

a) Constem no Processo Administrativo CRN-4 nº XXXXXXXXXXXXX;

b) Constem no Edital do Pregão CRN-4 nº 00X/20xx;

c) Não contrariem o interesse público.

II - Nos preceitos do direito público.

III - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Prestação de serviços de comunicação institucional especializados em design gráfico, editoria, audiovisual e marketing digital, a serem executados de forma integrada e em total cooperação com o Setor de Comunicação e Comissão de Comunicação do Conselho Regional de Nutrição 4ª Região (CRN-4), de forma a atender as normas legais que regem a matéria, no Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região –CRN4, contidas no Edital e seus anexos, especialmente do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

2.2 Tabela I - dos quantitativos por período:

Serviço	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada	Observações
Comunicação Visual Criativa e Inovadora	Propostas de identidade visual para campanhas e eventos.	Projeto	15 projetos/ano	Inclui conceito visual e identidade para campanhas e eventos
Publicações Institucionais	Criação de layout, revisão textual e diagramação para publicações como cartilhas (até 20pgs), e-books (até 50pgs), relatórios de gestão até 130 pgs), planejamentos estratégicos, entre outros.	Unidade (material)	20 materiais/ano	Inclui revisões e versão final para impressão e digital
Conteúdo Digital	Posts estáticos e carrosséis	Unidade (peça digital)	20/mês	Os posts com formato de imagem e de animação (com movimento), podendo, ser inclusive carrossel, deve ser considerado uma única postagem. * Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Conteúdo Digital	Stories (geralmente derivados dos cards/carrosséis)	Unidade	20/mês	Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Conteúdo Digital	Banners digitais para o site institucional e campanhas	Unidade	10 peças/mês	Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Conteúdo Digital	Peças animadas para as redes sociais	Unidade (animação)	15 peças/mês	Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.

Conteúdo Digital	Newsletter	Unidade	1 peça/mês	Desenvolvimento de peças gráficas e audiovisuais para mídias sociais, website, campanhas institucionais, newsletters e outras plataformas digitais.
Design de Materiais Gráficos Diversos	Criação e adaptação de artes gráficas para mídia impressa (folders, calendários, canetas, cartazes, banners, backdrop, outdoor, entre outros) para eventos e campanhas.	Unidade (peça gráfica)	25 unidades/ano	Para diferentes formatos e itens promocionais
Vídeos institucionais curtos (até 3min), vinheta e animações gráficas.	Produção de roteiros, gravações, vídeos curtos e institucionais, vinhetas e animações gráficas.	Unidade	15 unidades/ano	Formatos adequados para múltiplas plataformas.
Criação de Filtros e Avatares para Redes Sociais	Desenvolvimento de filtros e avatares personalizados para plataformas de redes sociais.	Unidade (filtro/avatar)	5 unidades/ano	Filtragem em alinhamento com campanhas digitais.
Manutenção e Reformulação da Identidade Visual	Revisão/formulação de identidade visual, conforme necessidade ou novas diretrizes institucionais.	Projeto	1 reformulação a cada 3 anos	Inclui atualização de logotipos, cores, e diretrizes de marca.
Monitoramento de Métricas e Relatórios	Relatórios analíticos de desempenho das campanhas digitais.	Relatório.	12 relatórios/ano (mensais).	Acompanhamento periódico das métricas de engajamento, alcance e desempenho das campanhas digitais, com elaboração de relatórios mensais contendo indicadores, análises e recomendações estratégicas.

2.3. Considerando o dinamismo através do qual se baseia a comunicação institucional, serão demandados serviços/produtos cuja periodicidade poderá ser diária, semanal, mensal, semestral e anual, conforme Tabela I – Dos Quantitativos Máximos Previstos. Os serviços a serem contratados incluem, mas não se limitam a:

2.4. Promover sua imagem institucional e conferir maior efetividade à interlocução entre o CRN-4 com a sociedade e as categorias da nutrição.

2.5. Comunicação visual criativa e inovadora: a empresa deve apresentar propostas criativas de identidade visual para os materiais que dialoguem com os inscritos no CRN-4 e a sociedade em geral, sempre focando na qualidade visual e informativa.

2.6. Criação e editoração de publicações institucionais: criação de layouts, revisão textual e diagramação de cartilhas, e-books, relatórios de gestão, planejamento estratégico da gestão e outras publicações.

2.7. Produção de conteúdo digital para mídias sociais e plataformas online: desenvolvimento, criação e adaptações de peças gráficas para mídias sociais, campanhas institucionais, website, newsletters e outras plataformas digitais de acordo com o planejamento de conteúdo, campanhas, criação de filtros e avatares para redes sociais e projetos do CRN-4.

2.8. Design e produção de materiais gráficos para eventos e campanhas institucionais: desenvolvimento, criação e adaptações de artes gráficas para mídia impressa como folders, backdrop, cartazes, outdoors, cadernos, bottons, fita métrica, blocos com papel timbrado, ecobag, crachás, cartões, convites, banners, placas decorativas, envelopes, faixas, flyers, manuais, canetas, camisa, filipetas e outras publicações para impressão utilizados em campanhas e eventos institucionais.

2.9. Produção audiovisual: roteiros, gravações, vídeos curtos e institucionais, vinhetas e animações gráficas.

2.10. Fortalecimento da comunicação visual e identidade de marca: manutenção e reformulação, se necessário, da identidade visual do CRN-4.

2.11. Monitoramento de métricas e relatórios de desempenho: acompanhamento periódico das métricas de engajamento, alcance e desempenho das campanhas digitais, com elaboração de relatórios mensais contendo indicadores, análises e recomendações estratégicas.

2.12. Cláusula de flexibilidade: novos formatos de comunicação digital e gráfica que venham a surgir durante a execução do contrato poderão ser incluídos nas demandas do CRN-4, desde que guardem relação com os serviços descritos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

3.1. A Contratada compromete-se a zelar pela manutenção do sigilo de todos os documentos, e informações e dados pessoais de pessoas físicas (inclusive dados pessoais sensíveis) recebidos do CRN-4, bem como de seu conteúdo, vedada a divulgação dos mesmos a terceiros, fazendo com que seus sócios, empresas filiadas, administradores, prepostos, empregados e/ou quaisquer outras pessoas sob sua responsabilidade (direta ou indireta) mantenham também o mesmo sigilo, salvo quando expressamente autorizada por este Conselho.

3.2. Serão tratados confidencialmente todas as informações e documentos recebidos do CRN-4 pelo Contratado. Neste sentido, quaisquer contatos, divulgação de informações sobre o seu conteúdo a terceiros, será objeto de multa a ser paga pelo contratado ao CRN4 em valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor pago pela Autarquia para a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

3.3. A Contratada declara que, na execução do presente contrato, tem acesso e trata dados pessoais de pessoas físicas, o que pode incluir “dados pessoais sensíveis”. Logo, além disso, reconhece expressamente que, que quanto ao tratamento desses dados, toma decisões essenciais e próprias para essa finalidade quanto ao tratamento desses dados.

3.4. A Contratada se compromete a executar o objeto do presente contrato de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e declara que adota meios técnicos e administrativos suficientes a proteger os dados pessoais a que venha a ter acesso no decorrer da execução do presente contrato, garantindo que estes não sejam registrados, divulgados, processados, excluídos, perdidos, danificados, alterados, utilizados ou adulterados de maneira não autorizada, acidental ou ilegal.

3.5. A Contratada não poderá utilizar os dados pessoais, especialmente os dados pessoais sensíveis a que venha a ter acesso, para fins distintos do objeto do presente contrato, bem como não os poderá transmitir a terceiros, exceto se autorizado expressamente pelo titular dos dados ou nos casos em que assim lhe for imposto pela legislação e/ou para fins de cumprimento de ordem judicial, independentemente do dever de sigilo do item 3.1., acima.

3.6. Após o término da vigência deste contrato, a Contratada deverá, a critério do CRN-4, eliminar de seus registros todos os dados pessoais a que venha a ter acesso, devendo evidenciar a referida eliminação, exceto se autorizado expressamente pelo titular dos dados ou nos casos em que assim lhe for imposto pela legislação e/ou para fins de cumprimento de ordem judicial.

3.7. Sem prejuízo da comunicação ao órgão ou entidade competente, a Contratada notificará imediatamente o CRN-4, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nos casos de:

(i) identificação ou suspeita de qualquer incidente de dados (eventos de acesso ou divulgação não autorizada de dados pessoais e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais);

(ii) qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de um titular de dados de acordo com a lei aplicável; ou

(iii) qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa, que tenha por objetivo solicitar a divulgação ou bloqueio de dados pessoais.

3.8. A Contratada se obriga a indenizar, defender e manter imune o CRN-4 e seus dirigentes contra quaisquer perdas e danos, prejuízos, custos, honorários advocatícios (e de outros especialistas, incluindo peritos), depósitos judiciais, penalidades e multas, inclusive no contexto de eventuais reclamações, demandas e processos administrativos, judiciais ou arbitrais movido pelos titulares de Dados Pessoais, por autoridades governamentais ou por quaisquer terceiros que resultarem, direta ou indiretamente, de:

(i) qualquer falsidade, omissão, erro, incompletude, violação ou inexatidão nas declarações e garantias prestadas pela Contratada neste contrato com relação aos Dados Pessoais

(ii) inadimplemento de qualquer obrigação com relação ao tratamento de Dados Pessoais prevista neste contrato e/ou

(iii) qualquer ação ou omissão dolosa, culposa ou de má-fé da que descumpra a Lei aplicável à proteção dos Dados Pessoais inclusive e principalmente no caso de vazamento de dados por qualquer motivo.

3.9 Qualquer violação das obrigações, declarações e garantias estipuladas neste contrato será considerada uma violação grave de modo que o CRN-4 poderá, a depender da gravidade e a seu exclusivo critério:

i) aplicar as penalidades previstas na cláusula décima primeira, abaixo,

ii) suspender/paralisar/interditar atividades com justa causa até satisfatória regularização, inclusive, nesta hipótese, com retenção de pagamentos e independentemente do cumprimento do cronograma das atividades em execução ou,

iii) rescindir o contrato na forma da cláusula décima segunda, abaixo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do Contrato é 12 (doze) meses de __/__/__ a __/__/__, podendo este prazo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Para a execução do objeto deste contrato, conforme consta na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a quantia de R\$ _____ (valor por extenso).

5.2. Os pagamentos ocorrerão até de até 5 (cinco) dias úteis após a validação do relatório pelo fiscal de contrato, mediante a apresentação da Nota fiscal, acompanhados obrigatoriamente dos documentos de comprovação de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Débitos Trabalhistas (CNDT) e tributos federais e Dívida Ativa da União.

5.3. Nos casos em que houver erro material na emissão do documento fiscal, será dado prazo de 5 (cinco) dias úteis à CONTRATADA, para regularização.

5.4. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente expressar os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1. O prazo de validade;

5.4.2. A data da emissão;

5.4.3. Os dados do contrato e do CRN-4;

5.4.4. O período de prestação dos serviços;

5.4.5. O valor a pagar; e

5.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. O pagamento será efetuado após o recebimento da Nota Fiscal, que será atestada pelo fiscal do contrato, em moeda corrente, por meio de ordem bancária de crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pela CONTRATADA, ou pagamento via cobrança por boleto bancário, pagável na rede de compensação nacional.

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou quando efetivado o pagamento do boleto no sistema financeiro.

5.7. O prazo para pagamento da nota fiscal, será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do atesto pelo fiscal do contrato.

5.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando o prazo para pagamento após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CRN-4.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CRN-4, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

a) $I = (TX / 100) / 365$

b) $EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5.10. Os pagamentos das Notas Fiscais efetuadas pelo CRN-4, não deverão ser vinculados ao pagamento dos salários e benefícios aos empregados, nem ao pagamento de tributos e taxas devidos pela CONTRATADA. Desta forma, a CONTRATADA não poderá justificar o não pagamento de suas obrigações por não receber os valores das Notas Fiscais emitidas à CRN-4.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A prestação dos serviços será executada de acordo com a demanda do CRN-4 e dar-se-á de acordo com as necessidades e objetivos estratégicos do conselho, pela empresa contratada, de acordo com a sua necessidade, interesse e conveniência.

7.2. O CRN-4 fará as solicitações dos serviços objeto do presente certame, conforme sua necessidade, durante período em que perdurar a relação contratual.

7.2.1. Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo conforme estipulado na tabela abaixo.

7.2.2. Os serviços serão prestados pela empresa CONTRATADA sempre que solicitado, por meio e-mail, podendo ser enviado por mensagem eletrônica, a ser emitido pelo Fiscal do Contrato, que será designado pelo CRN-4, no qual serão especificados os serviços a serem executados e os materiais a serem empregados, estando o prazo de Entrega de Produtos e Serviços vinculado ao envio desse documento.

7.2.2.1. O e-mail deverá ser respondido como forma de confirmação pelo responsável de atendimento ao CRN-4 no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de seu recebimento.

7.2.3. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no item acima implicará na aplicação das penalidades previstas no Edital e Contrato.

7.2.4. O CRN-4 poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que não forem compatíveis com as características exigidas neste Termo de Referência, emitindo o pertinente Termo de Rejeição com indicação do problema e o prazo em que a Contratada deverá sanar as falhas verificadas para o pleno atendimento às exigências deste Edital.

7.2.5. A Contratada deverá refazer os serviços rejeitados pelo CRN-4 considerados como mal executados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de recebimento da comunicação efetuada pelo CRN-4, devendo os novos produtos serem entregues sem qualquer ônus para este último, condicionado ao saneamento da situação e a emissão do pertinente Termo de Aceitação, posteriormente.

7.2.6. O prazo de entrega dos serviços poderá ser adiado, mediante solicitação formal da contratada e aceite do fiscal do contrato, desde que ocorra um dos seguintes motivos 7.2.6.1 a 7.2.6.7:

7.2.6.1. Alteração das especificações pelo CRN-4;

7.2.6.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade as partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;

7.2.6.3. Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CRN-4;

7.2.6.4. Aumento das quantidades solicitadas inicialmente na “Solicitação da Ordem de Serviços”;

7.2.6.5. Impedimento de execução do Contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pelo CRN-4

7.2.6.6. Em documento contemporâneo à sua ocorrência;

7.2.6.7. Omissão ou atraso de providências a cargo do CRN-4, que resulte diretamente em impedimento ou em retardamento na execução do Contrato.

7.2.6.8 Em caso de prorrogação, o novo prazo será definido proporcionalmente à complexidade da demanda e ao tempo adicional necessário para sua execução, não podendo exceder 50% do prazo originalmente previsto para o serviço, salvo justificativa técnica aprovada pelo setor competente do CRN-4.

7.2.7. Verificando algum dos motivos relacionados no subitem anterior, poderá o CRN-4, analisados os fatos e conveniências, autorizar a prorrogação do prazo de entrega dos serviços, por até uma vez, notificando a Empresa Contratada a respeito.

7.2.8. O aceite do objeto pelo setor competente do CRN-4 não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, e verificadas posteriormente.

PRAZO DE ENTREGA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Serviço	Descrição	Prazo	Observações
---------	-----------	-------	-------------

Comunicação Visual Criativa e Inovadora	Propostas de identidade visual para campanhas e eventos.	Até 7 dias úteis.	Inclui apresentação de conceitos, revisão e ajustes finais.
Publicações Institucionais	Cartilhas, e-books, relatórios de gestão, planejamentos estratégicos, entre outros.	Até 10 dias úteis (até 50pg); Até 15 dias úteis (maiores).	Com etapas de revisão e aprovação antes da finalização.
Conteúdo Digital	Posts estáticos, carrosséis, stories, newsletter, banners e animações.	Até 48 horas após solicitação.	Com revisões e aprovação prévia. Demandas emergenciais em até 12 horas. Adaptações e revisões com base no planejamento digital do CRN-4.
Design de Materiais Gráficos Diversos	Folders, calendários, canetas, cartazes, banners, backdrop, entre outros.	Até 7 dias úteis após briefing inicial.	Inclui 1 a 2 rodadas de revisão, se necessário.
Produção audiovisual	Vídeos institucionais curtos (até 3min), vinheta e animações gráficas.	Até 10 dias úteis.	Formatos adequados para múltiplas plataformas.
Criação de Filtros e Avatares para Redes Sociais	Desenvolvimento de filtros e avatares personalizados para plataformas de redes sociais.	Até 7 dias úteis.	Filtragem em alinhamento com campanhas digitais.
Manutenção e da Identidade Visual	Revisão/formulação de identidade visual, conforme necessidade ou novas diretrizes institucionais.	Projeto anual conforme demanda.	Inclui atualizações conforme a necessidade de adequação de imagem.
Monitoramento de Métricas e Relatórios	Relatórios mensais com indicadores de desempenho, análises e recomendações.	Até o 5º dia útil do mês subsequente.	Relatórios devem ser apresentados em formato digital e discutidos em reunião de alinhamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A Coordenação de Comunicação irá validar cada atividade realizada e cada serviço solicitado e entregue. Esta validação se dará nos relatórios de atividades e nas Notas Fiscais emitidas e correspondentes.

8.2. A gestão e fiscalização do contrato serão definidas por indicação da diretoria do Conselho Regional de Nutrição 4a Região.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização das entregas, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas.

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

10.2. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.3. Executar os fornecimentos conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos.

10.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

10.6. Manter as condições de habilitação previstas no Edital e seus Anexos durante a vigência do contrato.

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na execução do objeto.

10.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto.

10.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O LICITANTE ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II – Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.1. A sanção prevista no inciso II será calculada na forma abaixo:

a) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, em caso de interrupção total ou parcial dos serviços, por descumprimento dos prazos estipulados, por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nestes documentos, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato, que deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

b) Multa de 30% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato, sempre que der causa à inexecução total ou parcial do Contrato, por infração de qualquer de suas cláusulas e por circunstância que lhe seja imputável, que deverá ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

11.2.2. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.2.3. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 11.2.3. deste Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2.4. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

11.2.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

11.2.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.2.6. A aplicação das sanções previstas no item 11.2. deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.2.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.2.8.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

11.2.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.2.9.1. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.2.10. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.2.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.2.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.2.13. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

11.2.14. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

11.2.14.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.2.15. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.2.15.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

11.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.5.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

11.5.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

12.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

12.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

12.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

12.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

12.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

12.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

12.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

12.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

12.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

12.2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/21;

12.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

12.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

12.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

12.2.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.3. As hipóteses de extinção a que se referem os itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4 desta cláusula observarão as seguintes disposições:

12.3.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

12.3.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 desta Lei.

12.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/21 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.5. A extinção do contrato poderá ser:

12.5.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.5.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

12.5.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

12.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

12.8.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

12.8.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

12.8.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

12.9. A aplicação das medidas previstas nos itens 12.8.1 e 12.8.2 desta cláusula ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.10. Na hipótese do item 12.8.2 desta cláusula, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

12.11. A extinção do contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do orçamento próprio em Elementos de Despesas nº 6.2.2.1.1.01.04.04.022- Demais Serviços Profissionais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial da União, às expensas do CONTRATANTE.

14.2. A eficácia do contrato fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), nos prazos previstos no art. 94 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo artigo 124, da Lei nº. 14.133/21, sempre através de Termo Aditivo, numerados em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, no Rio de Janeiro - RJ, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2. E assim, por estarem de acordo ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, conforme dispõe o artigo 92 da Lei nº. 14.133/21.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de 202__.
(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº **XX/20XX**, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme disposto no inciso VI do art. 67 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.
(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº XX/20XX, que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº XX/20XX, que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme disposto no inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 63, § 1º DA LEI 14.133/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº XX/20XX, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **José Renato Felix, Coordenador(a) da Comissão de Licitação**, em 30/01/2026, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2298091** e o código CRC **90D5DDA3**.